



IMPACTOS DO GOVERNO JAIR BOLSONARO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DO BRASIL

*THE IMPACTS OF BOLSONARO'S ADMINISTRATION
TO BRAZIL PUBLIC CULTURE POLICIES*

Bruno Nogueira¹

.....
1 Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bruno.pnogueira@ufpe.br

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar um panorama da atuação do governo Jair Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022, nas políticas públicas de cultura do país. A partir de números, registros oficiais e na imprensa, busca pensar o impacto que este período traz para as noções de cultura, política e participação cidadã, dialogando com o suporte teórico de autores como Néstor García Canclini, Antônio Albino C. Rubim, José Carlos Durand, Marilena Chauí, Lilia Schwarcz, Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Renato Ortiz e George Yúdice, entre outros. A partir de uma observação de manifestações de resistência, em especial dos povos originários, encerra por trazer propostas para pensar o papel da comunicação e do letramento midiático para as políticas culturais do Brasil.

Palavras-chave: Bolsonaro; Conservadorismo; Espetacularização; Política Cultural.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the performance of the Jair Bolsonaro government, between the years 2019 and 2022, in public cultural policies in the country. Based on numbers, official records and in the press, it seeks to think about the impact that this period brings to the notions of culture, politics and citizen participation, dialoguing with the theoretical support of authors such as Néstor García Canclini, Antônio Albino C. Rubim, José Carlos Durand, Marilena Chauí, Lilia Schwarcz, Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Renato Ortiz and George Yúdice, among others. Based on an observation of manifestations of resistance, especially by native peoples, it concludes by bringing proposals to think about the role of communication and media literacy for cultural policies in Brazil.

Keywords: Bolsonaro; Conservatism; Spectacularization; Cultural Policy.

INTRODUÇÃO

Quando, em 2016, a então presidenta do Brasil Dilma Rousseff sofreu um golpe de seu vice-presidente, sendo afastada do cargo, o país entrou em uma corrida acelerada para um regime de extrema direita. O antipetismo e o discurso de ódio direcionado às minorias sociais foi elemento fundamental para a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro para o trabalho de conduzir políticas públicas e a nação por quatro anos. Naquela ocasião, cerca de 5,5 milhões de brasileiros – 6% da população total – atuavam em um setor cultural responsável por 2,7% do PIB nacional, segundo o Painel de Dados Observatório Itaú Cultural².

O objetivo desse artigo é apresentar um panorama do que representou os anos de 2019 a 2022 para as políticas públicas de cultura no Brasil. Recorte de tempo em que foram registrados 211 casos de censura e desmontes institucionais – números do Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão³. Além de apresentar números e estatísticas, o artigo apresentara provocações para pensar o impacto desse período para tensionar três elementos: a

- 2 Dados retirados do Painel de Dados do Itaú Cultural. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/pesquisa>. Acesso em: jun. 2021 e nov. 2023.
- 3 Disponível em <https://movimentomobile.org.br/>. Acesso em: out. 2022.

noção de cultura, de política e de participação cidadã; ao longo do texto e acrescentando a esse contexto parte do que também ocorreu no país durante a pandemia do Covid-19 no país.

As políticas culturais – que dão conta da estrutura de relações sociais entre as pessoas – e as políticas públicas de cultura, são compreendidas neste trabalho a partir de uma perspectiva comum. Partimos da noção apresentada por Rubim (2011) de que não se tratam de meras políticas estatais.

Na perspectiva das políticas públicas, a complexa governança da sociedade contemporânea transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual para incorporar atores e diversificar procedimentos envolvidos na definição e na implantação de políticas (RUBIM, 2011, p. 53).

Contribuição que complementa aquela que é apresentada por Nestor García Canclini (2019, p. 55), que diz:

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Complementa, ainda, a concepção trabalhada aqui, a que é apresentada por Jim McGuigan (1996, p. 1), de que essa política cultural se trata não apenas de um olhar para ações concretas, mas também um “confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”. Esse confronto de ideias também é fundamental para o desenvolvimento da identidade de uma nação, como lembra Renato Ortiz (1994, p. 56) ao afirmar que “a cultura define, portanto, um espaço privilegiado onde se processa a tomada de consciência dos indivíduos e se trava a luta política.

A partir dessas concepções, o artigo apresenta números e elementos factuais que aconteceram na política pública de cultura durante o governo Bolsonaro para efeitos de documentação; contextualiza essa atuação junto à outras desde o período de redemocratização para refletir as relações entre política de direita, esquerda e extrema direita no Brasil; apresenta noções de cultura, política e participação que ajudam a compreender melhor alguns dos impactos simbólicos deste período. Por fim, apresenta alguns exemplos específicos de manifestações de resistência cultural para ajudar a pensar proposições para a política cultural do Brasil.

É parte de tal esforço localizar o papel da comunicação como elemento também de iniciativas culturais. Especialmente considerando a centralidade da mídia para nomear o momento que vivemos globalmente:

A sociabilidade glocal surge inúmeras vezes associada ao tema das comunicações. Assim, não parece casual que para nomear a sociedade contemporânea se recorra insistentemente a expressões extraídas do campo das comunicações. Os exemplos são muitos: ‘Aldeia Global’ (McLuhan); ‘Era da Informação’ ou ‘Sociedade Rede’ (Manoel Castells); ‘Sociedade Informática’ (Adam Schaff); ‘Sociedade da Informação’ (David Lyon, Krishnan Kumar, dentre outros); ‘Sociedade conquistada pela Comunicação’ (Bernard Miège); ‘Sociedade da Comunicação’ ou ‘Sociedade dos Mass Media’ (Gianni Vattimo); ‘Sociedade da Informação ou da Comunicação’ (Ismar de Oliveira Soares); ‘Sociedade Media-Centric’ (Venício Artur de Lima); ‘Capitalismo de Informação’ (Fredric Jameson) e ‘Planeta Mídia’ (Dênis de Moraes). Todas estas denominações, entre outras possíveis, têm sido insistentemente evocadas para dizer o contemporâneo (RUBIM, 2011, p. 94).

Para isso, é apresentado como argumento, a partir das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, o aumento de iniciativas de produção audiovisual

no contexto das *lives* produzidas durante a pandemia. E, posteriormente, como essa técnica e plataformas são apropriadas pelo público para uma transição entre processos de midiaticização para o de espetacularização das rotinas do cotidiano. Reforçando, assim, a importância de pensar questões como letramento midiático e alfabetização digital como parte, também, de políticas de cultura.

Todos os números, dados e observações apresentadas aconteceram durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa “A Crise também é Estética: as transformações nas políticas públicas de cultura no Brasil em tempos de conservadorismo político” conduzida pelo autor entre os anos de 2020 e 2022 na Universidade Federal de Pernambuco.

UM PANORAMA DOS ANOS 2019 - 2022 NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA BRASILEIRA

A cultura foi um dos assuntos centrais na campanha de eleição do então candidato à presidência da república no Brasil Jair Messias Bolsonaro. Apesar de não constar com um tópico específico para área em seu plano de governo, foram diversas declarações públicas sobre o assunto. Desde o início, falava em fim do Ministério da Cultura⁴ e sobre teorias de que linguagens artísticas, como cinema e música, teriam sido invadidas por grupos de esquerda⁵ para doutrinação da sociedade.

Em uma perspectiva antropológica da cultura, o posicionamento foi ainda mais contundente e específico. Durante uma entrevista à TV Cidade Verde em 2018, Jair Bolsonaro tratou da pauta da diversidade em uma perspectiva negativa, afirmando que “tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do Nordeste, coitado do piauiense, tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso” (BOLSONARO, 2018).

4 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/bolsonarismo-importa-dos-eua-teoria-conspiratoria-sobre-marxismo-cultural.shtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

Bolsonaro foi o primeiro militar eleito pelo voto desde 1945, com 55% dos votos válidos no segundo turno, em disputa contra o candidato petista Fernando Haddad. Assim como diversas das promessas em áreas como Economia e Segurança Pública, uma vez empossado, ao longo de seus quatro anos no papel de presidente, ele cumpriu exatamente aquilo que foi dito na área da cultura. O Ministério da Cultura foi extinto em um dos primeiros atos de sua gestão, no primeiro dia útil de seu governo e, com isso, diversas políticas afirmativas foram encerradas.

Em números, ao longo de quatro anos, a cultura perdeu 63% do orçamento da união⁶. O Fundo Nacional de Cultura, que é o principal mecanismo governamental de cultura, teve o orçamento reduzido em 91% e, como consequência disso, a participação da cultura no Produto Interno Bruto do país caiu para abaixo de 1%. Somente entre os anos de 2020 e 2021, isso representou uma perda de cerca de R\$70 bilhões de reais, chegando a um faturamento nulo no último ano do Governo⁷.

A consequência é maior e mais complexa que os números apresentados. Os dois primeiros anos do Governo Bolsonaro foram marcados por um engessamento da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Em quatro anos, o percentual de renda total do audiovisual caiu de 11,69% para 1,72% e, ao final deste período, não há mais filmes nacionais em cartaz que atingem um público acima de 500 mil espectadores⁸. Também diminuiu a presença em festivais internacionais impactando um setor que é importante demarcador de identidade nacional.

Outro impacto marcante dos quatro anos de governo foi na Fundação Palmares. Instituído em 1988 para promover a preservação dos

6 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/orcamento-federal-da-cultura-cai-metade-em-dez-anos-25183180>. Acesso em: 6 set. 2023.

7 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-rombo-no-orcamento-da-cultura/>. Acesso em: 6 set. 2023.

8 Disponível em: <https://farofafa.com.br/2022/11/21/estudo-mostra-que-bolsonaro-feriu-de-morte-o-cinema/>. Acesso em: 6 set. 2023.

valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, vinculado ao Ministério da Cultura, passou a ter uma pauta racista⁹. Foi um período em que houve trabalho de censura e retenção de livros publicados, de personalidades homenageadas e diminuição da capacidade de atuação em pautas transversais a outros ministérios.

No total, a Secretaria de Cultura instituída pelo governo Jair Bolsonaro teve seis pessoas na função de gestor. Foram respectivamente Henrique Pires (8 meses), José Paulo Martins (15 dias e, posteriormente, dois meses), Ricardo Braga (3 meses), Regina Duarte (4 meses), Mário Frias (2 anos) e Hélio Ferraz (de 30 março de 2022 ao fim do governo). Foi o maior número de trocas na pasta de cultura na história desde a criação do ministério, superando o governo de José Sarney que chegou a contar com cinco ministros.

Deste modo, Bolsonaro conseguiu, em quatro anos, reunir as três grandes tradições da política cultural no Brasil: ausências, instabilidades e autoritarismos (RUBIM, 2003, 2007, 2009, 2011). Os números e fatos permitem uma série de leituras, como será explorado neste artigo, porém de imediato existe uma acelerada guinada da arte e cultura para um contexto político neoliberal, que é demarcado por uma presença mínima do Estado e a relação da manifestação cultural como produto de consumo que deve atender lógicas de produção do mercado.

A GESTÃO DA CULTURA DO GOVERNO BOLSONARO NO CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL

Diversos autores se esforçam em mapear quando a cultura surge como debate público na história do Brasil (BOTELHO, 2016; COELHO, 1997; DIAS, 2021; DURAND, 2013; RUBIM, 2007), no entanto sem muito consenso. Entre os principais marcos históricos

9 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

surgem a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1935; o Movimento de Cultura Popular coordenado em Pernambuco por Paulo Freire ligado à gestão do Estado em 1963; a instituição do Plano Nacional de Cultura em 1975 durante a ditadura militar; e a estruturação do Ministério da Educação e Cultura em 1985.

Entre todos esses instantes, dividem-se visões e ações entre direita e esquerda do espectro político, tensionando qual o papel do Estado, formatando ações e criando breves tradições para este campo. A formação do Ministério, dentro do tempo histórico da redemocratização, ainda é uma iniciativa frágil, tendo sido extinto após os primeiros cinco anos pelo presidente Fernando Collor, em 1990. “Collor, no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmonta a área de cultura no plano federal. Acaba com o ministério, reduz a cultura a uma secretaria e extingue inúmeros órgãos, a exemplo da FUNARTE, EMBRAFILME, PRÓ-MEMÓRIA, FUNDAEM, CONCINE” (RUBIM, 2007, p. 24).

Seu retorno apenas reforçou a tradição do tratamento neoliberal dado à cultura, consolidado durante o governo Fernando Henrique Cardoso. “A gestão do Ministro Francisco Weffort [...] foi o momento de consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados” (CALABRE, 2007, p. 95). Tendo este formato sido consolidado pela Lei nº 8.313/91 – a lei Rouanet – em 1991, que essencialmente delega ao setor privado a decisão para onde vai o recurso público da cultura. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu, por sua vez, introduzir com o ministério gerido por Gilberto Gil, uma pauta progressista que pensa a cultura a partir de sua dimensão antropológica. A partir de programas como o Revelando Brasis, da Secretaria da Identidade e Diversidade, da Conferências Nacionais de Cultura e do programa Cultura Viva, coordenado pelo historiador Célio Turino, a noção de ausência do Estado muda de perspectiva para propor

o acesso à instrumentos que garantem o básico para a cidadania e “dentro da dimensão ‘Cultura como direito e cidadania’ Cultura Viva possui em sua composição projetos que atendem de imediato a dois programas de governo: ‘Cultura e Educação’ e ‘Cultura e Cidadania’” (LACERDA *et al.*, 2010, p. 113).

Encerrado o governo Lula, a sucessão da presidenta Dilma Rousseff teve um percurso atribulado e que levou ao golpe de estado que interrompeu seu governo. Este percurso refletiu na área da cultura (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015). Nos primeiros quatro anos destaca-se um maior equilíbrio no espectro político ao introduzir o debate sobre economia criativa, ainda associado ao esforço de pensar ações voltadas especificamente para a população e não apenas para artistas, como foi o caso do programa Vale Cultura. Os primeiros anos também foram controversos, marcados por pautas mais alinhadas a uma política de centro-direita em relação especificamente à lei de direitos autorais¹⁰.

Após o golpe de 2016, Michel Temer chegou a encerrar momentaneamente o status de Ministério para a pasta da Cultura. Impulsionado por uma crise política, econômica e social generalizada, a gestão de Temer foi transitória e seu relatório final de gestão tratava apenas desta retirada e retomada do Ministério, sem ações concretas apresentadas para a área, sequer mesmo com perspectiva de uma diminuição do papel do Estado, seguindo exemplos que seu partido MDB fez em gestões de Estados e municípios.

Considerando a afirmação de Renato Ortiz (1994, p. 8), de que “falar em cultura brasileira é falar em relações de poder”, é possível afirmar que entre 1985 e 2022, a única constante na política pública de cultura no Brasil foi a incerteza. Nas entrelinhas de ações, editais, aumentos e diminuições de recursos, existe uma indefinição evidente sobre o que se entende por cultura, sobre as relações de trabalho na cultura, assim como as perspectivas de participação cidadã neste campo.

.....
10 Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/a-ministra-da-cultura-ana-de-holland-minimiza-polemica-do-creative-commons-975220.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

Sobre o governo Bolsonaro, é importante trazer a reflexão de Durval Muniz Júnior (2007, p. 73), ao afirmar que “Não ter política cultural nenhuma já é, em si mesma, ter uma política, já é tomar uma posição, a pior delas, talvez, pois o Estado abre mão de seu papel de mediador de interesses e conflitos”. Associado ao momento da pandemia do covid-19, a ausência de ação acabou por empurrar a perspectiva neoliberal de que a atuação na cultura é centrada no mercado e na sustentação financeira do artista.

Sendo assim, findado o governo, surge uma oportunidade de observar o impacto que esses números, afirmações públicas e e ausências trazem para acrescentar mais complexidade ao conceito de cultura e política pública de cultura para o Brasil. Também para olhar de que forma algumas ações de resistência, tanto da classe artística, como da sociedade civil de forma mais ampla, oferecem mais complexidade para este debate.

REPENSAR A POLÍTICA E REPENSAR A CULTURA A PARTIR DO AUTORITARISMO

A atuação do governo Jair Bolsonaro na cultura permitiu compreender diferenças consistentes de uma gestão entre o que o Brasil entendia por direita política – nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso – para uma de extrema direita. A ausência de proposições, mesmo para uma participação mais ativa do setor privado; o discurso de ódio voltado para minorias; a desarticulação entre uma classe artística conservadora; convergiu com pautas de agendas econômicas e de segurança pública desta mesma gestão.

É curioso observar que esta extrema direita tem um projeto político ainda mais deslocado daquele que foi proposto durante a ditadura militar no Brasil. Sobre esse período específico, Marilena Chauí (1986, p. 43) relata que foi um de políticas culturais “do Estado para o Estado”, no esforço de construir uma identidade nacional que atendesse, também, critérios de diversidade social, atento a manifestações de regiões distantes de grandes centros urbanos. Apesar de toda herança de violência deixada na história, a ditadura ainda chegou

a fazer um esforço de olhar para a manifestação popular distante das capitais como fundamentais – por resguardar um elemento de conservadorismo – para um projeto de nação.

Comparados os dois momentos em que o país esteve sob um regime autoritário de caráter militarista, a relação que o governo Bolsonaro constrói com patrimônios e identidade indica que não foi por acaso que o fim gestão é marcada com o ataque ao prédio dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023¹¹, com a destruição de diversas obras de arte, convergindo essa relação exposta anteriormente. Desse modo, mais que o impacto específico de números e cifras, o período que encerrou é uma oportunidade para tensionar e provocar a compreensão que o Brasil tem pelas noções de cultura, política e participação cidadã.

O autoritarismo, característica marcante do governo Bolsonaro, não é um elemento novo em nossa história. Autores como Bastos (1976), Antonio Paim (1998) e Sérgio Buarque de Holanda (2010) já abordaram o assunto em diferentes perspectivas, todos identificando elementos que remetem ao período da colonização e instauração da república. Em uma atualização mais próxima do momento em análise, Lilia Schwarcz (2019) resgata uma trajetória de país para sugerir que a democracia nacional é um projeto inconcluso. Para a autora, muitos dos elementos da origem deste autoritarismo estão associados a assuntos tratados amplamente no campo da cultura.

Questões como racismo e escravidão; patriarcalismo e patrimonialismo, segundo a autora, estão na base que sustenta um comportamento comum que confunde a noção de bem público ao de bem privado. O coletivo, no governo Bolsonaro, estaria no âmbito da família. Todo discurso reforça uma percepção que privilegia o indivíduo, com questões como autoridade e segurança, presentes como parte de um elemento doméstico. A segurança não é provida pelo

.....
11 Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/01/10/as-obras-de-arte-vandalizadas-nas-invasoes-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

Estado e tem sua particularidade moral regulada pela divindade cristã, ao afirmar ao cidadão que “compre armas, isso está na Bíblia”¹². No entanto, o discurso não encontra materialidade na prática. O governo Bolsonaro trouxe um novo elemento para pensar a organização social no Brasil, quando pessoas que nunca se encontraram ou se conheceram se aglomeram em grupos de aplicativos de conversa como o Whatsapp para troca de informações (SANTOS; CHAGAS; MARINHO, 2022). Isso reforça a concepção política sugerida por Hannah Arendt (2021, p. 23), que afirma que “o homem é a-político. A política surge *entre-os-homens*; portanto totalmente *fora* dos homens [...] A política surge no *intra-espaço* e se estabelece como *relação*”. Os grupos bolsonaristas de *Whatsapp* se configuram como esse novo espaço de conexão onde regras sociais (políticas) são estabelecidas.

Portanto, o governo Bolsonaro apresenta uma ausência de elementos de uma política pública tradicional – tais como a criação de instrumentos de participação pública, a proposição ou revisão de leis e/ou dotação orçamentária para ações específicas –, porém não de um fazer social da política. Pelo contrário, reforça que há um espaço fundamental para compreensão, tal qual já afirma Arendt (2021, p. 24), para uma regulação de diferenças, “a política organiza as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*”.

É nesta perspectiva que é preciso ser tensionada também a dimensão da cultura. Um elemento complexo nesta análise é a presença da Pandemia do covid-19 no Brasil, que expôs a fragilidade das relações de trabalho em todo o país (em reflexo ao que aconteceu no mundo) ao categorizar o trabalho entre essencial e não essencial. Tornou-se um discurso recorrente que a “a cultura foi o primeiro a parar e será o último a retornar”¹³, evidenciando que, historicamente, o Brasil

.....
12 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/bolsonaro-compre-armas-isto-esta-na-biblia/>. Acesso em: 6 set. 2023.

13 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/brazil-forum-uk-discute-desafios-da-cultura-acompanhe/>. Acesso em: 6 set. 2023.

nunca estruturou uma seguridade social para quem produz cinema, música, literatura e outras linguagens artísticas.

Esse elemento torna o fim do Ministério da Cultura do governo Bolsonaro mais impactante, porque em primeiro momento é o artista que se sente desamparado de uma política pública, seguido por outros trabalhadores, como produtores, cenógrafos, iluminadores etc. Esta proposição de “primeiro a parar” invisibiliza que políticas públicas de cultura são pensadas, também, para o povo. Exclui-se, portanto, concepções de cultura que tratem de uma perspectiva mais ampla, como o substantivo independente sugerido por Raymond Williams (2007, p. 121), que diz respeito à “um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral” ou de uma centralidade na cidade social como é sugerido por Stuart Hall (1997).

Assim como o projeto político do governo Bolsonaro consegue se distanciar daquele dos militares, o mesmo acontece na cultura. Renato Ortiz (1994, p. 100) lembra que durante os anos 1960 à 1980, “cultura brasileira significa ‘segurança e defesa’ dos bens que integram o patrimônio histórico”. Este é o argumento da ditadura, inclusive, para ações mais extremas de censura que se concretizaram após o lançamento do slogan “Brasil: Ame ou Deixe-o” e que levou diversos artistas, como Gilberto Gil, Chico Buarque e Caetano Veloso ao exílio.

Se existe uma concepção de cultura nacional que dê sentido aos anos de 2019 e 2022 no Brasil, ela está ancorada naquela proposta George Yúdice (2013, p. 56), de que “A cultura é conveniente enquanto recurso para se atingir um fim”. É importante contextualizar que esta é uma definição teórica que trata de projetos políticos progressistas, quase sempre associados a ações da esquerda ou centro-esquerda globalmente. As censuras administrativas citadas na introdução deste artigo, as declarações públicas do ex-presidente e os projetos propostos, entretanto, não tinham um fim centrado na produção artística.

No campo da música, por exemplo, não existe uma relação direta entre o crescimento da música cristã – associada ao pensamento

conservador de Bolsonaro – no Brasil e ações diretas do governo. Análises de mercado¹⁴ apontam para uma associação entre o momento crítico da pandemia e uma busca de novos artistas em traçar uma associação estética cada vez maior à música pop norte-americana, emulando artistas que vão do rapper Kanye West, reconhecido por defender políticos de direita (incluindo o ex-presidente Donald Trump) e Justin Bieber, que declarou nas eleições apoio a Joe Biden. A cultura foi um recurso usado para mobilização política e transferência de atuação do poder executivo ao seu eleitorado. Todos os casos que resultaram uma consequência análoga a aquela do período da ditadura militar, como a renúncia do deputado federal Jean Wyllys ao cargo para deixar o Brasil, ou do produtor de conteúdo para o Internet, Felipe Neto, de retirar sua família do país, se deram por ameaças de pessoas comuns em comentários e mensagens em redes sociais digitais, assim como a destruição de painéis, esculturas e outras obras de arte durante o ataque a sede dos três poderes. Flores e Benmayoir (1997, p. 15) trazem uma concepção de cultura – novamente, para pensar uma lógica mais progressista – que se aplica para justificar todos esses casos, ao afirmarem que “a cultura cria o espaço onde as pessoas se sentem seguras [...], pertinentes e partícipes de um grupo”. Mesmo que, neste caso, por um processo de exclusão. O governo Bolsonaro, em quatro anos, teve mais ações de repúdio que de associação, mesmo aqueles representantes de uma classe artística que concordavam com a atuação daquela gestão. Uma outra concepção de cultura que dá conta destes casos está naquilo que é afirmado por García Canclini (1995, p. 39), quando lembra que “desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições não proporcionam”. Neste caso, os apoiadores bolsonaristas recorreram ao substituto imediato dessas mídias, os

.....
14 Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/reportagens-especiais/gospel-cresce-e-estoura-a-bolha-com-a-ajuda-de-nomes-como-safadao-e-luciano/#page6>. Acesso em: 6 set. 2023.

aplicativos de trocas de mensagens, em busca de “práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento” (GARCÍA CANCLINI, 1995, p. 36).

O conservadorismo e a política de extrema direita do governo Bolsonaro também provocaram reações. A compreensão do impacto que esses quatro anos têm para o Brasil ganha mais sentido nas manifestações de resposta da sociedade civil em direção contrária ao que estava sendo construído institucionalmente. Similar ao que aconteceu durante a ditadura militar e a Música Popular Brasileira, é fundamental trazer para este debate o que aconteceu na esfera pública durante esse mesmo período.

RESISTÊNCIA CULTURAL E PROCESSOS DE ESPETACULARIZAÇÃO

Os anos de 2019 a 2021 foram marcados por reações da classe artística ao governo do ex-presidente. Impulsionados pela escassez crescente de recursos financeiros para o setor, tornou-se uma constante registros de “Fora Bolsonaro” ou do slogan “#EleNão”. Artistas de projeção internacional, como a cantora Anitta¹⁵ e a cineasta Karim Aïnouz¹⁶ usaram suas plataformas para trazer ao público questionamentos sobre a condução política do país. O mesmo aconteceu em outras áreas, como a literatura¹⁷ e as artes cênicas¹⁸.

Três acontecimentos, ao longo desses quatro anos, funcionam como um recorte que ajudam a entender melhor alguns impactos importantes que o período traz para a cultura do país, a partir de uma perspectiva dos dois grupos essencialmente afetados: os artistas e,

.....
15 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/o-som-e-a-furia/o-discreto-protesto-de-anitta-contra-bolsonaro-no-coachella/>. Acesso em: 6 set. 2023.

16 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4936688-cineastas-protestam-contra-bolsonaro-em-festival-de-cannes-fora-gangster-genocida.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

17 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/10/escritores-brasileiros-fazem-manifesto-contra-bolsonaro-em-frankfurt.shtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

18 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/20/interna_politica,1354139/peca-de-teatro-em-bh-tem-desfecho-aos-gritos-de-fora-bolsonaro.shtml. Acesso em: 6 set. 2023.

também, o público. Esses acontecimentos não são necessariamente uma consequência das ações do governo Bolsonaro, mas que foram de algum modo tensionados e precisaram ser, algum momento, tratado no âmbito da gestão pública. São fatos contextuais contemporâneos ao período.

O primeiro é uma consequência direta da pandemia do Covid-19, que deu início a um período que foi batizado de “O ano das *Lives*” pela imprensa¹⁹, dado o excesso de transmissões via internet de diferentes atividades artísticas.

A arte via *streaming* foi um complemento ao excesso de telas na vida de quase todos, agora permeadas por *home offices* e ensino remoto. Plataformas como Facebook, Instagram, Zoom e YouTube passaram a receber transmissões diárias de apresentações musicais, peças teatrais, saraus e debates sem um fluxo definido de horário. Toda hora que se abria o celular, chegava uma notificação de nova transmissão iniciando (NOGUEIRA, 2020).

As transmissões tornaram-se uma oportunidade para performar a intimidade, seja do artista consagrado ao mais desconhecido, com debates, shows e exposições que traziam de cenário o quarto de casa, a família e as dificuldades cotidianas comuns a qualquer pessoa, como a falha do sinal do provedor doméstico de internet. “Estamos falando da relação entre performance e vida cotidiana, em suas diversas acepções e recontextualizações culturais – refletindo especificidades históricas nas encenações e fruições” (AMARAL; SOARES; POLIVANOV, 2018, p. 72).

Quando a pandemia encontrou formas de controle com o desenvolvimento de vacinas e planos de imunização, conduzidos no Brasil pelos governos estaduais, as *lives* permaneceram. Ainda que em menor escala, agora repleta de recursos técnicos de quem passou a contar

.....
19 Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,o-ano-das-lives-sera-que-elas-vieram-para-ficar,70003562862>. Acesso em: 6 set. 2023.

com a presença física de uma cadeia produtiva para dar todo suporte necessário, reforçou uma transição de processos de mídiatização para os de espetacularização, conforme diferencia Rubim (2011, p. 38):

Cabe então distinguir conceitualmente, mesmo de modo provisório, mídiatização e espetacularização como procedimentos diferenciados. Mídiatização designa a mera veiculação de algo pela mídia, o trabalho de mediação ativa desenvolvido na atualidade pelo campo das mídias; enquanto espetacularização, forjada pela mídia ou não, nomeia o processamento, enquadramento e reconfiguração de um evento, através dos inúmeros expedientes.

Um segundo acontecimento está relacionado, de fato, à administração pública e com interações diretas com o governo Bolsonaro. A mobilização artística, aliada à bancada de políticos da esquerda em partidos como o PSOL e PT, permitiram a aprovação da lei 14.017 de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, em homenagem ao cantor que faleceu em decorrência da covid-19. Ela foi pensada para atender ao setor cultural do país afetado pelas medidas restritivas de isolamento. O texto original, elaborado pela deputada Benedita da Silva (PT), determina o repasse de três bilhões de reais aos Estados, ao DF e aos Municípios para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

Em um cenário arrasado de iniciativas, a Lei Aldir Blanc é apresentada como um sinal de esperança, mas opera na prática diversos problemas. Uma vez recebido o repasse federal, os estados brasileiros condicionam a distribuição de um auxílio que deveria ser emergencial à entrega de produtos culturais. É preciso propor a gravação de discos, realização de filmes, publicação de livros e outras ações, reduzindo o artista ao papel de produtor de obras, mesmo que durante uma pandemia. Uma vez colocado em prática, a lei reforça a lógica neoliberal que a cultura se traduz em consumo, mas sem se preocupar como a sociedade terá acesso a esta produção e ignora aprendizados de experiências de outras décadas, “ademais, é coisa

do passado supor que todo cidadão representa um ‘consumidor’ de cultura, bastando ampliar a oferta que está gerará automaticamente a procura” (DURAND, 2013, p. 30).

Posteriormente, a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, conhecida popularmente como Lei Paulo Gustavo também teve caráter emergencial. Desta vez, foram R\$ 3.862 bilhões do Fundo Nacional de Cultura que deveriam ser divididos entre R\$ 2.797 bilhões para produção audiovisual, com o restante sendo usado para ações propostas por editais, chamadas públicas e premiações. Igual à primeira, é uma ação administrativa que surge no contexto do Governo Bolsonaro, mas que por este caráter emergencial tem um prazo específico para encerrar.

Mais importante que a falta de perenidade está essa relação do uso do recurso com o audiovisual. Associado ao elemento anterior, em que linguagens como literatura, artes cênicas, dança e até artes plásticas precisaram encontrar, durante a pandemia, formas de existir baseadas no audiovisual por causa das *lives*. Paralelamente, durante o mesmo período, aplicativos em dispositivos móveis que antes estavam centralizados em fotos (como o *Instagram*) e texto (como o *Facebook*) passaram a valorizar vídeos²⁰. Esses aplicativos, juntos ao *YouTube* e *TikTok*, tornaram-se um novo palco de circulação cultural centrada no audiovisual.

Além dessa relação com produção audiovisual, a Lei Paulo Gustavo, assim como a Aldir Blanc, foi centrada no assistencialismo do trabalho do artista. Similar aos editais que aconteciam em tempos anteriores da pandemia. Eles buscam aumentar a oferta, mas sem aprofundar o debate sobre mediação e fruição desta nova lógica de circulação de bens culturais. Este é um debate importante porque a produção audiovisual via *streaming* apresenta uma nova lógica de circulação, até então inédita na cadeia produtiva cultural.

.....
20 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/07/01/chefe-do-instagram-diz-que-app-nao-e-mais-voltado-para-compartilhar-fotos.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

Neste novo momento, tal qual um espetáculo – um festival de música, uma exibição de cinema – a obra é apresentada, segundo as definições de Marc Menard (2005) como uma lógica de fluxo (tem dia e hora para acontecer), mas permanece disponível similar a uma aquisição de um livro ou DVD, como está demarcado na lógica editorial. Tudo isso, mediado por um meio que avança em uma dinâmica comercial centrada no clube privado (assinaturas de Netflix, Spotify etc.).

A ausência de políticas públicas de cultura durante o período que se preocupem, como aconteceu nos governos anteriores de Lula e Dilma Rousseff, em pensar o lugar do público deu margem ao terceiro acontecimento de destaque entre os anos de 2019 e 2022. Carentes de uma experiência cultural multilateral, onde não estivessem apenas em casa durante a pandemia esperando uma notificação que informe o início da transmissão de uma nova mostra cultural, o público se apropria das mesmas ferramentas audiovisuais para produzir e, assim, espetacularizar sua própria rotina.

Chama atenção como jovens dos povos originários do Brasil passaram a usar redes como Instagram e TikTok como forma de agendar um debate público cultural. Os irmãos Cunhaporanga e Picô, da comunidade Tatuyo, no Amazonas, somavam em janeiro de 2023 cerca de 8 milhões de seguidores na rede de vídeos curtos. O conteúdo produzido por eles traz rotinas que mostram outros moradores da comunidade, explicam simbolismos, linguagem, rituais e a relação com atividades esportivas, ao mesmo tempo que quebram vários estereótipos indígenas.

Outros perfis, como Kaê Guajajara, fundadora do coletivo Azuruhu engaja os cerca de 70 mil seguidores em pautas de defesa dos povos originários e luta antirracista ao mesmo tempo que apresenta sua carreira de cantora. Katu Mirim, descendente do povo Boe Bororo, filha de pai indígena e mãe negra, trata de temas como ancestralidade, gênero, identidade e orientação sexual, ao mesmo tempo que divulga a carreira de rapper e compositora que traz pautas como o uso indiscriminado da cultura indígena em suas músicas.

As iniciativas promovem uma aderência em escala de outros jovens indígenas para o uso das mesmas ferramentas²¹. *Lives* de povos originários promovem uma fusão de experiências sensíveis e que tensionam o debate complexo sobre identidade nacional. Desta vez, de fato aliado ao raciocínio proposto por George Yúdice, a cultura surge como recurso para o fim de dar visibilidade ao cotidiano e as pautas importantes aos povos originários do Brasil. Demonstrando que há uma demanda deslocada da lógica neoliberal que permanece em editais que finalizam em produtos

Esses exemplos complexificam a noção de direito cultural, na perspectiva que “direitos conquistados nunca foram direitos dados, e os novos tempos pedem, de todos nós, vigilância, atitude cidadã e muita esperança também. A sociedade civil brasileira tem dado mostras de que sabe se organizar e lutar por seus direitos” (SCHWARCZ, 2019, p. 237). Trazem uma importante provocação para pensar o futuro de políticas públicas de cultura para o país em interface com a comunicação e o acesso às tecnologias digitais, mas numa perspectiva voltada ao povo.

CONCLUSÕES

O período do governo Bolsonaro encerrou no Brasil com diversos retrocessos no que diz respeito a políticas públicas no campo social, voltado para minorias e, também, para a cultura. O corte de recursos e a ausência de projetos próprios tiveram impacto, inclusive, para a classe artística que estava alinhada ideologicamente com as propostas desta gestão. Essa atuação mais instrumental do Estado costuma ter um efeito direto na formação de identidade de um povo (NOGUEIRA, 2021), porém essas ausências dificultam até mesmo mapear uma relação direta entre produtos culturais e manifestações da sociedade civil.

.....
21 Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/tiktokers-indigenas-para-conhecer-e-seguir>. Acesso em: 6 set. 2023.

Existe um impacto evidente na diminuição, ou até mesmo suspensão, da produção e circulação de obras e no fechamento de espaços culturais que não encontraram alternativas de assistência especialmente durante a pandemia. Esse cenário reforçou um discurso de que o papel do estado para a arte e cultura está mais concentrado em dar assistência à um mercado de bens culturais, que pensar em diretrizes condizentes com as propostas por José Carlos Durand (2013, p. 39), ao analisar o histórico dessas políticas no país e sugerir os princípios de “qualidade, diversidade, preservação de identidades e disseminação de valores”.

O campo da cultura ajudou a dar ainda mais sentido e materialidade ao que seria, para o Brasil, um regime político de extrema direita, diferente até do período da ditadura militar. Por conta disso, é fundamental também o olhar para a manifestação que surge em sentido contrário, de resistência, não apenas da parte de pessoas ligadas às linguagens artísticas em suas dimensões de produção e circulação, mas para aquilo que também surge do povo. E, neste sentido, os anos 2019 e 2022 aceleram o país para o contexto que Rubim (2011, p. 11) nomeia de Idade Mídia, marcado pela prevalência da mídia como esfera de publicização na sociabilidade.

Nos exemplos apresentados entendidos neste artigo como negativos – os grupos bolsonaristas de whatsapp – assim como nos positivos – a experiência dos povos originários em redes de conteúdo audiovisual, o elemento de espetacularização do cotidiano foi fundamental para construção social e discursivas de diversas narrativas sobre o Brasil. Portanto, tão importante quanto recomposição de orçamentos, retomada de editais e reestruturação de equipe ministerial, é necessário pensar em políticas de cultura centradas tanto no acesso à tecnologia digital e, especialmente, no letramento midiático.

Tal qual cultura e política, letramento midiático é um conceito de consenso indefinido. Para o argumento apresentado aqui, consideramos aquele apresentado pela Associação Nacional de Comunicação, dos Estados Unidos, que o define como a habilidade de “compreender

como palavras, imagens e sons influenciam a forma como significado é produzido e compartilhado na sociedade contemporânea em formas tanto sutis como profundas”²² (POTTER, 2010).

O letramento midiático é entendido como uma prática política, social e cultural (SHOLLE; DENSKI, 1995) e uma habilidade de pensamento crítico (ADAMS; HAMM, 2001; SILVERBLATT, 2007). Ações voltadas para atuação em escolas, comunidades e que acionem uma finalidade pedagógica de atividades culturais podem contribuir para uma maior interseccionalidade da cultura com outras áreas que permeiam um fazer social, produzem e reproduzem identidades que dão sentido de pertencimento ao povo.

Inserir a comunicação e a mídia de forma mais contundente nas políticas públicas de cultura também é uma forma de avançar em proposições que não se esgotam apenas nos grandes conglomerados empresariais em pautas como regulação da mídia. O que bolsonarismo – e os movimentos de resistência surgidos durante este período – evidenciam, é o quanto é necessário introduzir o alfabetismo digital tanto no sentido de dirimir manifestações autoritárias e extremas no país, quanto para dar mais oportunidades para a sociedade civil exercer seu importante papel de cidadania a partir de manifestações culturais que não estão limitadas às linguagens artísticas. Pensando, portanto, uma atuação do Estado para seu povo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, D.; HAMM, M. *Literacy in a Multimedia Age*. Norwood, MA: Christopher-Gordon Publishers.

ALVERMANN, D. E.; MOON, J. S.; HAGOOD, M. C. *Popular Culture in the Classroom: Teaching and Researching Critical Media Literacy*. Newark, DE: International Reading Association, 2001.

-
- 22 No original: A media literate person understands how words, images, and sounds influence the way meanings are created and shared in contemporary society in ways that are both subtle and profound. A media literate person is equipped to assign value, worth and meaning to media use and media messages. Tradução nossa.

- ARENDDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- AMARAL, A.; SOARES, T.; POLIVANOV, B. Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. *INTERCOM*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 64-79, jan./abr. 2018.
- BASTOS, A. C. T. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BOLSONARO diz que combaterá a política do “coitadismo” e nega que prejudicará o Piauí. Entrevistador: Joelson Giordani. Entrevistado: Jair Messias Bolsonaro. TV Cidade Verde, Piauí, 23 out. 2018a. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/285362/bolsonaro-diz-que-combater-a-politica-docoitadismo-e-nega-que-prejudicara-o-piaui>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: SESC, 2016.
- CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Bahia: Edufba, 2007. p. 87-107.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DIAS, C. G. *A Cultura que se Planeja: Políticas Culturais*, do Ministério da Cultura ao Governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.
- DURAND, J. C. *Política Cultural e Economia da Cultura*. São Paulo: Ateliê Cultural, Edições SESC, 2013. 178p.
- FLORES, W. V.; BENMAYOR, R. (comp.). *Latino cultural citizenship: claiming identity, space, and rights*. Boston: Beacon Press, 1997.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, 2019.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, [s. l.], jul./dez. 1997.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- LACERDA, A. P. de; MARQUES, C. de C.; ROCHA, S. C. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Políticas Culturais no governo Lula*. Bahia: Edufba, 2010. p. 111-131.
- MCGUIGAN, J. *Culture and the public sphere*. Londres; Nova York: Routledge, 1996.
- MENARD, M. *Éléments pour une Économie des Industries Culturelles*. Canadá: SODEC, 2005.
- MUNIZ JÚNIOR, D. M. de A. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Bahia: Edufba, 2007. p. 61-86.
- NOGUEIRA, B. É live ou ao vivo? Pensando as apresentações ao vivo de música durante a pandemia do Covid19 como possível categoria de produto midiático. In: SIMPÓSIO POPFILIA: “QUE POP É ESSE QUE NOS HABITA?”, 1., 2020, Recife. *Anais [...] Popfilia*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- NOGUEIRA, B. Música de Pernambuco: relações entre políticas públicas e identidade musical. *Unisinos: revista fronteiras – estudos midiáticos*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 104-116, 2021.
- POTTER, W. J. The State of Media Literacy. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 675-696, 2010.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIM, A. *A querela do estatismo*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- RUBIM, Antônio Albino C. Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade. In: LEITÃO, C. (org.). *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003. p. 89-104.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais e novos desafios*. Matrizes (USP), [s. l.], v. 2, p. 93-115, 2009.
- RUBIM, A. A. C. *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.

- RUBIM, A. A.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: Edufba, 2015.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTOS, N.; CHAGAS, V.; MARINHO, J. De onde vem a informação que circula em grupos bolsonaristas no WhatsApp. *Intexto*, Porto Alegre, n. 5, 2022.
- SHOLLE, D.; DENSKI, S. *Rethinking Media Literacy: A Critical Pedagogy of Representation*. New York: Peter Lang, 1995.
- SILVERBLATT, A. *Dictionary of Media Literacy*. Westport, CT: Greenwood Press, 2007.
- SCHWARCZ, L. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Kremer. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.